



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ

**SOLICITAÇÃO DE CADASTRO DE ALVARÁ
PROFISSIONAL AUTONOMO**

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

_____,
CPF _____ domiciliado à av/rua _____,
nº _____, bairro _____ CEP _____,ativ. _____
telefone _____, venho à presença de Vossa Senhoria solicitar a inscrição no Cadastro
Mobiliário Fiscal Municipal, na modalidade de Profissional Autônomo e a expedição do
Alvará de Localização e Funcionamento, em nome de _____

Endereço _____
CPF nº _____

Nos Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, ____ de _____ de _____.

Requerente ou Responsável Legal

RG:

CPF:

➤ Documentos Necessários

- a. Requerimento específico;
- b. Certificado de escolaridade;
- c. Certificado de registro no órgão de classe, para nível médio e nível superior;
- d. RG e CPF;
- e. Comprovante de residência (conta de água, luz, telefone ou correspondência bancária);
- f. Comprovante de Inscrição Imobiliária (ex: copia de DAM ou do carnê do IPTU);
- g. Certidão Informativa do Imóvel (para imóvel não cadastrado no Sistema – Módulo de Cadastro Imobiliário – BCI);
- h. Contrato de compra e venda, se próprio (caso não figure no Cadastro Imobiliário como proprietário, compromissário ou posseiro);
- i. Contrato de locação com firma reconhecida, se alugado;
- j. Declaração de cessão do imóvel com firma reconhecida, se cedido;
- k. Documento que comprove que o locador (es) ou o(s) cedente(s) estar (ão) habilitado(s) a alugar o imóvel, caso este(s) não figure(m) no Cadastro Imobiliário como proprietário(s), compromissário(s), ou posseiro(s);
- l. Termo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- m. Protocolo de solicitação do Alvará de Autorização Sanitária junto ao Departamento de Vigilância Sanitária para empresas cujas atividades constem na Lei nº 1.562/2003, e os que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e preservação de saúde, individual e coletiva.

➤ OBS.:

O cumprimento integral das exigências constantes da presente Instrução Normativa é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado. Na hipótese de faltarem quaisquer dos documentos exigidos o requerente fica notificado a apresentá-los em 48 (quarenta e oito) horas, a não apresentação da documentação ensejará em procedimento de ação fiscal com aplicação da legislação municipal em vigor.